



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA CONTRATAÇÕES

CADERNO 8

PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

Unidade Demandante: Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados - SEGEST

Equipe de Planejamento da Contratação:

Decisor:	Solange Julia Fernandes Coimbra
Unidade Demandante:	Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados
Integrantes Demandantes:	<ul style="list-style-type: none"> • Cássia Aparecida de Azevedo Fernandes • Janaína Viveiros Souza • Letícia Melo de Oliveira • Maria Eugênia Marques Mendanha • Mariana Maurício Verçoza • Orlando Oliveira Costa • Rafaela Ribeiro Soares • Simone de Azevedo Oliveira Nominato
Integrantes Técnicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Juliano Andrade Maria • Rosemayre das Graças Moreira

1 - É viável realizar a pesquisa de mercado?

Sim, a realização de pesquisa de mercado é não só viável como obrigatória na fase de Planejamento, pois é por meio dela que a Administração consegue estimar o valor da futura contratação.

Essa obrigatoriedade está expressa nos dispositivos abaixo transcritos:

Lei nº 14133 /2021

Art. 18º. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

[...]

v - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

[...]"

Lei nº 10.520/2002

Art. 3º. A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

[...]

III – dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados;

[...]

Instrução Normativa nº 5/2017/MPDG**Seção IV****Do Projeto Básico ou Termo de Referência**

Art. 30. O Termo de Referência ou Projeto Básico deve conter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

[...]

X - estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014.

[...]

2 - É adequada a pesquisa de preços por meio da técnica “Composição de Custos Unitários + BDI?”

Sim. A base para aplicação do BDI compõe-se da composição dos custos unitários, ou seja, dos custos envolvidos efetivamente na execução dos serviços denominados “custos diretos”. Os custos diretos envolvem os gastos com mão-de-obra (salários, adicionais e encargos sociais), usualmente definidos como “Montante A”, e os insumos para a execução do serviço (uniformes, vale-refeição, vale-transporte, entre outros), denominados “Montante B”.

Assim, o percentual BDI deve ser utilizado para a elaboração das planilhas de formação de preço do serviço a ser contratado.

3 - No caso de utilização da Composição de Custos Unitários + BDI, quais as fontes de preços a serem usadas e qual a justificativa para sua escolha?

Serão utilizadas as fontes de preços previstas na Instrução Normativa nº 5/2017/MPDG (atual Ministério da Economia), a qual, nos termos do art. 9º da Instrução Normativa nº 73/2020/MPDG, continua a ser aplicada à contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva no tocante à pesquisa de preços. São elas:

- Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;
- Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e a hora de acesso; e
- Pesquisa com fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Nos termos da referida IN, as fontes de preços acima elencadas deverão ser utilizadas nessa ordem de preferência.

4 - É adequada a pesquisa de preços pela técnica de avaliação de preços praticados no mercado pelo próprio fornecedor?

Não. A utilização dessa modalidade de pesquisa de preços só se mostra adequada em casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação.

5 - No caso de preços praticados pelo próprio fornecedor, há parâmetros que permitam aferir sua razoabilidade?

Não se aplica.

6 - É adequada a pesquisa realizada com base nos preços praticados pelo mercado?

Sim, mas essa fonte de pesquisa de preços só será utilizada como última opção, como já se mencionou, salvo em relação aos insumos.

7 - Foram encontrados preços de objetos similares no Painel de Preços?

Sim. Em consulta ao Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>, foram encontrados preços de objetos similares aos que se pretende contratar, no que tange aos insumos (uniformes/ materiais e equipamentos).

8 - Foram encontrados preços de objetos similares em contratações públicas não suportadas pelo *Comprasnet* (ex. Bancos de Preços ou sites de outros órgãos) em contratações cuja vigência tenha se expirado há menos de 180 (cento e oitenta) dias?

Sim. Em consulta a outras contratações firmadas por entes públicos, foram encontrados preços de objetos similares aos que se pretende contratar, no que tange aos insumos (uniformes/ materiais e equipamentos).

9 - Foram encontrados preços de objetos similares ofertados na internet?

Sim. Em consulta a outras contratações firmadas por entes públicos, foram encontrados preços de objetos similares aos que se pretende contratar, no que tange aos insumos (uniformes/ materiais e equipamentos).

10 - Foram obtidos preços diretamente junto aos fornecedores?

Sim, mas minimamente. O uso dessa fonte de pesquisa só se mostrou necessário para a estimativa de custo dos insumos, como já se destacou.

11 - Há outras formas de pesquisa de preços que possam ser utilizadas?

Sim. Considerando que o objeto da contratação é a prestação de serviços terceirizados, com dedicação exclusiva de mão de obra, utilizou-se como fonte da pesquisa de preços, além daquelas já mencionadas, trazidas pela IN nº 5/2017/MPDG (atual Ministério da Economia), a consulta aos instrumentos normativos aplicáveis às categorias profissionais envolvidas, para aferição dos valores atrelados às parcelas trabalhistas que serão devidas aos trabalhadores contratados.

12 - Há variações significativas entre os preços obtidos que justifiquem a desconsideração de algum deles?

Sim.

LEVANTAMENTO DE RISCOS ESPECÍFICOS:

Riscos
Dificuldades na realização da pesquisa de preços, gerando atrasos na tramitação da fase interna da licitação.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

INTEGRANTES DEMANDANTES:
Cássia Aparecida de Azevedo Fernandes Janaína Viveiros Souza Letícia Melo de Oliveira Maria Eugênia Marques Mendanha Mariana Maurício Verçoza Orlando Oliveira Costa Rafaela Ribeiro Soares Simone de Azevedo Oliveira Nominato Solange Júlia Fernandes Coimbra
INTEGRANTES TÉCNICOS:
Juliano Andrade Maria Rosemayre das Graças Moreira